

**VERTENTES DA PESQUISA ANTROPOLÓGICA
CONTEMPORÂNEA NO BRASIL**
**[RESENHA DE: CAVALCANTI, MARIA LAURA VIVEIROS DE
CASTRO. RECONHECIMENTOS: ANTROPOLOGIA, FOLCLORE
E CULTURA POPULAR. RIO DE JANEIRO: AEROPLANO, 2012]**

Maurício Silva*

Em seu livro *A sociedade sem relato: antropologia e estética da iminência*, Néstor García Canclini (2012, p. 125) afirma de modo taxativo: “a melhor pesquisa antropológica não é a que descreve uma tradição e lhe atribui conceitos (‘cultura nacional’, ‘folclore’, ‘arte popular’), mas a que oferece um mapa da estrada onde essa paisagem e seus nomes vão mudando”. Este poderia ser o ponto de partida, mas também, a depender da leitura que se faça dele, o ponto de chegada do mais recente livro da antropóloga Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (*Reconhecimentos: antropologia, folclore e cultura popular*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012). Com efeito, refletindo sobre conceitos tão fluidos como os de *cultura nacional*, *folclore* ou *arte popular*, a autora nos apresenta um panorama seguro e denso dos estudos antropológicos relacionados a tais conceitos, situando-os (para mantermos a ideia de Canclini), no *mapa* da cultura brasileira, além de resgatar a história das *estradas* que o perfazem.

Afirmado, assim, que o interesse pela antropologia e pelas ciências sociais tem crescido bastante no Brasil dos últimos anos, a autora aborda uma parte dos estudos sobre a religiosidade afro-brasileira, dentro da extensa produção acerca da presença do negro no Brasil, conferindo especial atenção a perspectivas que, de algum modo, criticaram a formação de religiões afro-brasileiras (como a umbanda e a macumba), em favor de formas supostamente mais puras (como o candomblé). Nesse sentido, analisa a produção de Nina Rodrigues, inaugurador dessa reflexão (*O animismo fetichista dos negros da Bahia*, 1900), cujos estudos resultam numa *duplicidade*: por um lado, revela-se preconceituoso ao extremo; por outro, contribui para o reconhecimento da existência de um conjunto de crenças e práticas religiosas dos negros escravizados no Brasil; além disso, seus estudos destacam-se pela comparação das religiões aqui presentes com as religiões africanas, pela descrição de seus cultos. Analisando, em seguida, a obra de Artur Ramos, que atualiza os métodos de investigação do material coletado, a autora lembra que, para ele, o negro não seria incapaz para a civilização (como queria Nina Rodrigues), mas atrasado em cultura; Artur Ramos teria, segundo a autora, trazido para o estudo do sincretismo religioso no Brasil a perspectiva psicanalítica. Sobre Edison Carneiro, a autora ressalta seus estudos acerca da integração do modelo religioso nagô com outras formas religiosas afro-brasileiras, com destaque para dois tipos de cultos

* Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Nove de Julho (São Paulo). E-mail: maurisil@gmail.com.

originados desse contato: a macumba e a umbanda. Finalmente, em Roger Bastide (*As religiões africanas no Brasil*, 1971), que situou o tema em novos quadros teóricos, a autora ressalta sua preocupação com o sincretismo religioso, para ele um fenômeno de aculturação, atualizando a abordagem, num grande esforço interpretativo da gênese de determinadas formas religiosas; nesse contexto, enquanto para Bastide o candomblé seria o resultado da busca pela preservação de um mundo comunitário, a macumba e a umbanda representariam a perda de valores tradicionais e de unidade cultural (macumba) e a mescla de elementos religiosos africanos, indígenas e cristãos, dentro de um contexto de urbanização da sociedade brasileira e forte influência do espiritismo (umbanda). A autora conclui que, pelas obras analisadas, o resultado é uma visão de certo modo preconceituosa em relação à umbanda, tida como o resultado *deturpado* de um sincretismo religioso, frente a formas supostamente mais puras e legítimas.

Já em “Os estudos de folclore no Brasil”, produzido com outros pesquisadores, a autora procura, entre outras coisas, abordar a constituição e inserção dos estudos de folclore (“conjunto de obras intelectuais e de iniciativas institucionais que começam por volta de 1870 e chegam até 1960”. *Idem*, p. 73) na história intelectual do Brasil, num exame que leva em conta as categorias internas desse campo de estudo. Segundo Cavalcanti *et alii*, trata-se de uma área de conhecimento que, desde seu início, estabeleceu estreitas relações com o contexto intelectual europeu, levando os primeiros folcloristas brasileiros a seguir objetivos semelhantes aos pesquisadores europeus, inspirando-se ora em autores que retratavam costumes populares, colecionando e classificando objetos, em geral não literários (século XVII), ora em autores que buscavam, em geral em fontes literárias, a singularidade de cada nação (século XIX). No Brasil, foi Sílvio Romero praticamente o fundador desses estudos, apresentando “uma visão mais científica e racional da vida popular” (*Idem*, p. 84); adepto do positivismo, transportou para os estudos do folclore essa ideologia científicista. Mais tarde, Amadeu Amaral retoma o trabalho de Sílvio Romero, criticando o diletantismo com que os estudos (e a coleta de material) acerca do folclore eram feitos. Mário de Andrade, por sua vez, buscou institucionalizar os estudos do folclore, atacando assim, ainda mais, o diletantismo na área, aproximando-os dos estudos sociológicos, antropológicos e históricos, presentes no ambiente universitário.

A autora estuda também a atuação de Florestan Fernandes junto aos estudos do folclore: começa afirmando que, em geral, os estudos sociológicos e antropológicos que lidam com a cultura popular referem-se à ótica redutora do folclore, destacando a necessidade de considerar o contexto social e o sentido/função dos fenômenos populares. Os estudos de folclore, contudo, já estavam mais ou menos consolidados quando a sociologia e a antropologia se institucionalizavam por meio das universidades. Com o surgimento da Escola Paulista de Sociologia (representada por Florestan Fernandes), as ciências sociais passaram a ocupar uma posição hegemônica no contexto brasileiro, criando uma situação de tensão com os folcloristas e suas instituições (como a Comissão Nacional de Folclore, 1947), que seguiam modelos distintos de ciência e conhecimento, levando, inclusive, a uma espécie de marginalização dos estudos folclóricos no Brasil.

Embora trate de vários outros temas relacionados ao folclore e à cultura popular no Brasil (como os estudos de folclore maranhense ou os folguedos de boi no Brasil); embora aborde a obra de alguns antropólogos com mais especificidade (como a produção de Roberto DaMatta e de Maria Isaura Pereira de Queiroz), seu livro ganha maior importância no estudo que faz sobre a produção de Oracy Nogueira, responsável pela junção acertada entre antropologia e sociologia. Nesse sentido, Cavalcanti dedica especial atenção aos primeiros anos de produção acadêmica de Oracy Nogueira, com destaque para seu *Vozes de Campos de Jordão* e outras obras que tratam do *preconceito de cor* no Brasil.

Trata-se, enfim, de um livro que vale a pena ser conhecido tanto por especialistas da área (que nele descobrirão abordagens mais aprofundadas de autores e de conceitos próprios da antropologia brasileira) quanto por *diletantes* (que nele encontrarão um panorama mais geral dos estudos antropológicos ligados ao folclore brasileiro, sobretudo no século XX). Sobre este último aspecto, aliás, apenas a título de ilustração de como a autora maneja os dados históricos relacionados à antropologia nacional, Cavalcanti divide a trajetória da antropologia no Brasil em três períodos: de fins do século XIX às décadas de 1930/1940, período dos antecessores, com destaque tanto para a produção heterogênea de um Nina Rodrigues ou um Euclides da Cunha quanto para a produção mais especializada de um Gilberto Freyre e um Sérgio Buarque de Holanda; de 1930/1940 até a década de 1960, com a institucionalização do ensino superior, destacando-se a criação da Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (1934) entre outras; e a partir 1960, período de criação dos cursos de pós-graduação, como o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Museu Nacional, 1968).